

Sumário

Abreviaturas Utilizadas.....	IX
Capítulo I – Controle Externo da Atividade Policial e Atuação Cartorial	1
1- Introdução	1
2- A correlação entre fins e meios estruturais de atuação	2
3- O poder estruturante da norma constitucional (art. 129, VII)	9
4- Atuação entrópica/cartorial do CEAP e <i>déficit</i> de recursos	16
5- A atuação cartorial do ceap e a proibição da proteção insuficiente.....	25
6- Engajamento institucional na alocação de recursos	27
Capítulo II – Abrangência do Controle Externo da Atividade Policial: Atividade-Meio das Polícias e Tutela Difusa da Segurança Pública	33
1- Introdução	33
2- A atual compreensão sobre o controle externo da atividade policial.....	36
3- Atividade-fim e atividade-meio	39
4- Segurança pública e controle externo da atividade policial: a inviabilidade de concentrar essas atribuições.....	54
5- Conclusões	63

Capítulo III – A Inconstitucionalidade das Práticas Autorregulatórias no Controle Externo da Atividade Policial	67
1- Introdução	67
2- Práticas autorregulatórias: inconstitucionalidade.....	69
3- Normatização secundária decorrente do poder regulamentar	82
4- Racionalidade do Direito e respeito à supremacia constitucional	87
5- Atribuições e cargo público: análise em relação à Administração Pública em geral	89
Capítulo IV – Controle Concentrado e Controle Difuso: Modalidades do Controle Externo da Atividade Policial	91
1- Introdução	91
2- Duas modalidades de controle externo da atividade policial: concentrado e difuso	92
3- Limites das atribuições dos controles concentrado e difuso	95
4- Conclusão.....	104
Capítulo V – A Semestralidade das Visitas Ordinárias nas Unidades Policiais pelo Ministério Público	107
1- Introdução	107
2- Razões que não recomendam duas visitas ordinárias por ano nas unidades policiais.....	108
3- Conclusão.....	122

Capítulo VI – A Atuação do CEAP em Bases Científicas e Resolutivas	125
1- Considerações iniciais	125
2- Padrão de trabalho científico e auxílio técnico.....	135
3- Modelo tópico de atuação: experiência real	138
3.1- Celeridade	139
3.2- Transparência.....	141
3.3- Inovação.....	144
3.4- Modernização gerencial.....	145
3.4.1- Acesso a modernas ferramentas tecnológicas	145
3.4.2- Uso intensivo e plural de informações	146
3.4.3- Aperfeiçoamento da investigação e da responsabilização	148
3.4.4- Trabalho em equipe	149
3.5- Conclusão.....	150
4- O misoneísmo ministerial	152
4.1- Agente ministerial pré-científico e um trabalho de reengenharia institucional	160
5- Roteiro científico	161
5.1- Utilização do mecanismo jurídico adequado	161
5.2- Desconfie dos argumentos de autoridade	162
5.3- Evasão do raciocínio discursivo	163
5.4- Olhando para os fatos	163
5.5- Aprender a fazer, fazendo.....	166
5.6- O método de “tentativa e erro”	167
6- Conclusões	167

Conclusões.....	173
Bibliografia.....	183